


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**

 Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**DECISÃO**

Processo Digital nº:	<b>1006635-43.2014.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Ordinário - Sustação de Protesto</b>
Requerente:	<b>Edifício Residencial Beatrice SPE Ltda</b>
Requerido:	<b>Alumiplast Comércio de Metais LTDA</b>

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**
**RELATÓRIO**

**EDIFÍCIO RESIDENCIAL BEATRICCE SPE LTDA** propõe ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ação indenizatória por danos morais cumulada com requerimento de sustação do protesto contra **ALUMIPLAST COMÉRCIO DE METAIS LTDA**, alegando que criminosos, valendo-se do contrato social da sociedade empresária autora, assim como de e-mail e duas linhas telefônicas também em nome da autora, adquiriram diversos produtos e mercadorias perante terceiros, entre eles a ré, fraudulentamente em nome da autora. A ré, diante do não-pagamento, indicou a protesto documentos relativo a esse negócio. Alguns protestos já foram objeto da ação nº 0023057-81.2012 (que tramita nesta 4ª Vara Cível; os autos não foram apensados porque aqueles são físicos, e estes, digitais). Todavia, sobreveio novo protesto indevido, que é objeto da presente ação, especialmente porque o juízo, na outra demanda, não aceitou o aditamento à inicial. A autora já havia entrado em contato com a ré, informando-lhe a respeito dos fatos, encaminhando cópia dos boletins de ocorrência. Se não bastasse, a ré ainda não emitiu duplicata da operação mercantil. A autora sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pediu (a) em antecipação de tutela, a sustação do protesto (b) em caráter definitivo, a confirmação da sustação de protesto (c) a declaração de inexistência da dívida (d) a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

A sustação de protesto foi concedida.

A ré foi citada e contestou (fls. 65/72) alegando sua boa-fé e ausência de culpa na contratação, pois os terceiros que contrataram em nome da autora apresentaram contrato social e uma relação de referências comerciais e bancárias


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**

 Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
 São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(que foram consultadas pela ré), além de que a ré consultou os serviços de proteção ao crédito, neles não constando qualquer apontamento negativo ou alerta de estelionato ou furto de documentos. Foram emitidas duas notas fiscais (000028841; 000029227). Em 08/11/2012, advogado da autora de fato contatou a ré, noticiando os golpes. A respondeu, salientando sua boa-fé e que a autora concorreu para os fatos. Imediatamente informou que não se opunha à sustação dos protestos, cujo apontamento, por falta de tempo hábil, não conseguiu evitar. Na verdade, o que a autora pretende é que a ré arque com todas as suas despesas judiciais e também com as despesas cartorárias de cancelamento dos protestos. Todavia, isso não é admissível, pois a autora tinha conhecimento a propósito do golpe desde fevereiro/2012 e, nesse meio tempo, nada fez para alertar o mercado a respeito do que estava acontecendo.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso.

A ação é procedente.

O representante legal da autora tomou conhecimento, em fevereiro/2012, que indivíduos desconhecidos estavam fazendo uso do nome de sua empresa para efetuar compras (fls. 17/18); dois desses indivíduos foram presos em flagrante dias depois, ainda em fevereiro/2012 (fls. 19/22); os golpes continuaram, porém, mesmo a partir dessa data.

A ré, nesse sentido, celebrou dois contratos com os terceiros que, fraudulentamente, utilizaram o nome da autora, consoante pedidos e notas fiscais de fls. 95/99.

Observa-se que, ao contrário do alegado pela autora, a ré tomou as cautelas exigíveis em relação a esses terceiros, que apresentaram contrato social, referência bancária (fls. 87), referências comerciais (fls. 88) que foram pelo menos em parte conferidas – conforme anotações lançadas às fls. 88, ficha cadastral de fls. 89, e-mail de fls. 90, documentos a respeito dos quais a autora teve ciência e não impugnou, no processo nº 0023057-81 (sentença proferida nesta mesma data). Se não bastasse, efetuou consulta nos órgãos restritivos, que divulgam, a pedido, informações

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

relativas a perda de documentos ou estelionatos, nada constando, fls. 91/94.

Dessa forma, neste caso específico, não se pode imputar à ré qualquer responsabilidade pela contratação indevida, que decorre da culpa dos terceiros autores do golpe, tendo a autora concorrido por não promover as medidas necessárias para que as empresas do mercado que tomassem as mínimas cautelas obtivessem ciência sobre o fato – por exemplo, anotando-o nos órgãos de proteção ao crédito.

Frise-se que o representante legal da autora tomou conhecimento do golpe em fevereiro/2012, e cerca de 07 meses depois, em setembro/2012, quando celebrados os contratos com a ré pelos autores do delito, nenhuma providência ainda havia sido tomada.

Isto foi bem observado pelos prepostos da ré quando responderam o e-mail do advogado da autora, conforme fls. 100/101.

Observe-se que a simples lavratura de boletim de ocorrência não é suficiente nesse caso, já que não se trata de documento (facilmente) acessível aos fornecedores, no mercado, para a conferência da identidade e idoneidade daqueles com quem contratam.

Sendo assim, embora incontroversa a inexistência da dívida – o implica procedência do pedido declaratório, com a confirmação da sustação do protesto concedida liminarmente -, não se condenaria a ré em indenização por danos morais, pelo simples fato da contratação.

Todavia, está comprovado e é incontroverso nos autos que em 08/11/2012 a ré foi informada pela autora a respeito do golpe, e inclusive foi convencida a respeito – não duvidou da sua existência, como vemos nos e-mails de fls. 100/101.

Se é assim, o mínimo exigível da ré é que não indicasse qualquer documento a protesto após 08/11/2012.

O protesto mencionado na inicial foi apresentado em 30/11/2012 (fls. 16), após a ré ter tomado conhecimento da natureza fraudulenta do contrato.

A apresentação se dá pelo Banco Itaú que, no entanto, age na qualidade de endossatário-mandatário (fls. 16), o que firma a responsabilidade da ré.

O protesto gera inequívoco abalo ao crédito e, em consequência, ofende a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL**Rua Sorbone 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260,  
São Carlos-SP - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

honra objetiva da autora, ensejando, pois, dano moral indenizável. A indenização, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade e seguindo os parâmetros jurisprudenciais, será arbitrada, in casu, em R\$ 5.000,00.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, julgo procedente a ação e (a) confirmo a sustação de protesto concedida em antecipação de tutela (b) declaro a inexistência dos negócios jurídicos que deram origem às notas fiscais nº 000028841 e 000029227, emitidas pela ré (c) condeno a ré a pagar à autora R\$ 5.000,00, com atualização monetária a partir da presente data e juros moratórios desde a citação. Condeno a ré nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários advocatícios, por equidade, em 15% sobre o valor da condenação.

**P.R.I.**

São Carlos, 22 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**